

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso, é uma escola de referência na área profissional agrícola que tem as suas instalações integradas no antigo Mosteiro de S. Bento construído no século X.

No Edifício Principal, situado numa das alas do Mosteiro, estão inseridos os pavilhões com salas de aula, as instalações de apoio, oficinas tecnológicas e uma parte da exploração agropecuária e a mata. Num outro edifício, encontram-se a cozinha e restaurante pedagógico, quartos, auditório, sala de exposições, centro de interpretação ambiental e bar e uma casa (T2).

A Escola gere, por protocolo com a Câmara Municipal de Santo Tirso, uma Residência de Estudantes, situada no centro da cidade e que albergou no ano letivo 2018/2019 35 alunos.

A oferta formativa da Escola constitui-se pelos cursos profissionais de Técnico de Agropecuária (6 turmas), Técnico de Turismo Ambiental e Rural ( 2 turmas), Técnico de Cozinha e Pastelaria (3 turmas), Técnico de Restaurante Bar (3 turmas), e ainda pelo Curso de Educação e Formação de Tratamento de Animais em Cativeiro (1 turma).

Nas instalações da Escola funciona ainda o Curso Técnico Superior Profissional de Cuidados Veterinários, com uma turma em cada um dos dois anos do curso, resultado de uma parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

Possui 43 professores, 14 técnicos especializados, 5 assistentes técnicos, 27 assistentes operacionais e cerca de 260 alunos/formandos.

O PSD, em visita à escola, verificou o estado em que se encontram as instalações que necessitam de uma intervenção urgente dado o estado de degradação em que se encontra, apesar do esforço significativo que o órgão de administração e gestão tem feito para melhorar e adaptar os seus espaços, como atestam os relatórios de avaliação externa da IGEC, de fevereiro de 2009 e de março de 2013. Nos referidos relatórios pode ler-se que a vacaria

“reclama substituição/modernização” e, ainda, que “as características de alguns dos equipamentos agrícolas condicionam a qualidade de uma formação consentânea com as exigências da evolução tecnológica.”

A escola não dispõe de pavilhão gimnodesportivo e, o supracitado relatório de 2013, menciona também “a necessidade de intervencionar o espaço exterior utilizado para a prática da atividade física”. Para que servirão as avaliações externas levadas a cabo pela IGEC uma vez que da parte da tutela não houve qualquer reforço de verba ou atenção redobrada para resolver os problemas relatados por aquele organismo do Ministério da Educação.

Está ainda prevista a reversão para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, em 2025, do usufruto da propriedade em que a escola está instalada, o que está a preocupar toda a comunidade educativa e que poderá pôr em causa qualquer projeto de médio prazo para a escola dada a incerteza do futuro da mesma.

O PSD tomou também conhecimento da pouca autonomia que uma escola desta natureza tem para fazer cumprir os seus objetivos consequência dos sucessivos atrasos no financiamento da escola que a impedem de cumprir com as suas obrigações, o que torna árdua a respetiva gestão, uma vez que esta escola chega a esperar mais de seis meses para receber as verbas europeias a que tem direito.

Fomos também informados da falta de pessoal não docente, principalmente dos do setor agrícola, condicionando negativamente a atividade de acompanhamento dos alunos nas suas atividades de formação agrícola num espaço com uma área de 14,7 ha de superfície agrícola útil e de 6 ha de superfície florestal. Esta situação é inadmissível por razões pedagógicas e de segurança dos próprios formandos dadas as características do máquinas e ferramentas com que trabalham.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Ex.<sup>a</sup>, ao Ministro da Educação, resposta às seguintes perguntas:

1. Quando serão feitas obras de reabilitação da escola de modo a recuperar e modernizar o edifício, potenciando uma cultura de aprendizagem através de uma intervenção que permita adequar os espaços letivos e não letivos, modernizar os respetivos equipamentos e, ainda, garantir a eficácia energética dos edifícios da escola de modo a reduzir os custos de operação?
2. O que está previsto fazer para que se evitem os sucessivos atrasos nos reembolsos das verbas do POCH?
3. Por que razão não está a escola dotada de um número de assistentes operacionais e técnicos de acordo com as características da mesma?
4. O que pensa fazer o Ministério da Educação no que diz respeito à reversão para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, em 2025, do usufruto da propriedade em que a escola está instalada? Vai prolongar o contrato do usufruto ou vai adquirir a propriedade?

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2019

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

ALBERTO MACHADO(PSD)

Deputado(a)s

ALBERTO FONSECA(PSD)

ÁLVARO ALMEIDA(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)